

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**  
**COM VISTA À GESTÃO AMBIENTALMENTE EQUILIBRADA DE**  
**VEÍCULOS EM FIM DE VIDA**

Entre:

A VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., com sede na Av. Torre de Belém, 29, 1400-342 Lisboa, pessoa colectiva número 506653536, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa - 3ª Secção, sob o nº 13836/031119, neste acto devidamente representada por [.....], na qualidade de [.....] com poderes para o acto, adiante designada abreviadamente por "VALORCAR",

e

A CÂMARA MUNICIPAL DE [.....], neste acto representada [.....], na qualidade de [.....], de ora em diante designada por [CM.....],

Em conjunto designadas por "Partes",

Considerando:

- a) A necessidade de se incrementar a gestão ambientalmente equilibrada dos Veículos em Fim de Vida (VFV) produzidos no País, assegurando que o seu tratamento e reciclagem decorrem no estrito respeito por todas as normas legais;
- b) Que esta acção pode ser potenciada através da participação e colaboração activa das Partes aqui envolvidas;
- c) Que as Câmaras Municipais desempenham um papel relevante no panorama nacional em termos de protecção e defesa do ambiente, tendo simultaneamente um conhecimento aprofundado dos hábitos e necessidades das populações;
- d) Que, no exercício das suas competências, as Câmaras Municipais produzem VFV e vêem-se obrigadas a recolher VFV abandonados na via pública, aos quais importa dar um destino adequado;
- e) Que a VALORCAR foi licenciada em 2 de Julho de 2004 como entidade gestora do Sistema

Integrado de Gestão de VFV, por decisão conjunta dos Ministros das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Economia e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto;

- f) Que a VALORCAR possui uma rede nacional de operadores autorizados pelas autoridades competentes para a recepção/tratamento de VFV nos termos do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, adiante designada por "Rede VALORCAR";
- g) Que a VALORCAR tem ainda como missão a promoção da sensibilização e da informação sobre os procedimentos a adoptar em termos de gestão de VFV, seus componentes e materiais.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira**

##### **Objectivo**

Constitui objectivo do presente Protocolo estabelecer mecanismos de cooperação entre as Partes, com vista a contribuir para a gestão ambientalmente equilibrada dos VFV produzidos no País e simultaneamente garantir um tratamento adequado e a reciclagem dos VFV produzidos/detidos pela [CM.....].

#### **Cláusula Segunda**

##### **Acções a desenvolver pela VALORCAR**

No âmbito do presente Protocolo, a VALORCAR compromete-se a:

- a) Participar, de acordo com as suas disponibilidades e no âmbito das suas competências, em acções de formação/divulgação promovidas pela [CM.....] e para as quais a sua colaboração venha a ser solicitada;
- b) Organizar visitas a empresas que pertençam à Rede VALORCAR com vista à sua integração em acções de formação/divulgação promovidas pela [CM.....], sempre que a sua colaboração venha a ser solicitada;
- c) Divulgar à [CM.....] a lista das empresas que pertencem à Rede VALORCAR, as quais se encontram devidamente autorizadas para exercerem a actividade de tratamento de VFV, de acordo com o Decreto-Lei n.º 196/2003;
- d) Divulgar à [CM.....] a lista de empresas que pertencem à Rede VALORCAR e que se encontram devidamente autorizadas para exercerem a actividade de transporte rodoviário de VFV, de acordo com o Decreto-Lei n.º 196/2003, bem como a respectiva frota;

- e) Divulgar à [CM.....] todas as alterações à tramitação processual e à metodologia de gestão de VFV que resultem da entrada em vigor de nova legislação.

### **Cláusula Terceira**

#### **Ações a desenvolver pela [CM.....]**

No âmbito do presente Protocolo, a [CM.....] compromete-se a encaminhar para tratamento e reciclagem em empresas da Rede VALORCAR os VFV que detenha por terem sido abandonados na via pública e os VFV originários da frota municipal.

### **Cláusula Quarta**

#### **Procedimentos de selecção**

Para efeitos da Cláusula Terceira, deverá ser seguido o seguinte procedimento:

- a) A [CM.....] comunicará à VALORCAR os dados dos veículos em causa, a sua localização e outras informações consideradas relevantes;
- b) A VALORCAR transmitirá a todas as empresas da Rede VALORCAR esses dados;
- c) As empresas da Rede VALORCAR formalizarão o seu interesse e respectivas condições directamente à [CM.....];
- d) A [CM.....] comunicará à VALORCAR qual a empresa seleccionada e quais as condições acordadas.
- e) A empresa seleccionada assegurará:
  - (i) Que os VFV em causa serão transportados de acordo com o artigo 18º do Decreto-Lei n.º 196/2003 e nas condições constantes do Anexo I do presente Protocolo;
  - (ii) Que os VFV serão tratados de acordo com o artigo 20º do Decreto-Lei n.º 196/2003 e nas condições constantes do Anexo II do presente Protocolo;
  - (iii) A emissão de um certificado de destruição por cada VFV recebido, nos termos do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 196/2003 e do Anexo NI do presente Protocolo.

### **Cláusula Quinta**

#### **Aspectos Económicos**

Todos os aspectos económicos relacionados com o transporte e tratamento dos VFV abrangidos pelo

presente Protocolo serão da exclusiva competência da [CM.....] e da empresa da Rede VALORCAR que vier a ser seleccionada, não tendo a VALORCAR qualquer intervenção neste âmbito.

#### **Cláusula Sexta**

##### **Avaliação**

A [CM.....] e a VALORCAR realizarão pelo menos uma reunião anual com vista a avaliar os resultados do presente Protocolo.

#### **Cláusula Sétima**

##### **Comunicações**

1. Todas as comunicações entre as Partes a efectuar ao abrigo do presente Protocolo devem ser efectuadas por escrito, mediante carta ou telefax, para os endereços e postos de recepção seguidamente indicados:

a) VALORCAR

A/C Eng. Ricardo Furtado

Av. Torre de Belém, 29

1400-342 LISBOA

Fax: 21 301 17 68

E-mail: [valorcar@valorcar.pt](mailto:valorcar@valorcar.pt)

b) (CM.....)

A/C (.....)

FAX: (.....)

E-mail: (.....)

2. Quaisquer alterações aos endereços indicados no número anterior apenas se tornarão efectivas após a recepção pelas Partes da respectiva comunicação escrita.

#### **Cláusula Oitava**

##### **Aditamentos**

Todos os aditamentos ao presente Protocolo farão parte integrante do mesmo e deverão constar de documento escrito e assinado por todas as Partes.

#### **Cláusula Nona**

##### **Rescisão**

O presente Protocolo pode ser rescindido a todo o tempo por qualquer uma das Partes, com base no seu incumprimento, mediante aviso prévio de 30 dias.

**Cláusula Décima**

**Vigência**

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigora até à sua rescisão nos termos da Cláusula anterior.

Feito em Lisboa, aos XX de XXXXX de 2005, em duas vias de igual valor, ficando uma na posse da [CM.....] e outra na posse da VALORCAR.

**Pela [Câmara Municipal de .....]**

**Pela VALORCAR**

---

---

## **ANEXO I**

### **Condições de Transporte Rodoviário**

1. O transporte dos VFV será efectuado por uma empresa devidamente autorizada pelo Instituto dos Resíduos para essa actividade, nos termos do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto.
2. O transporte dos VFV será acompanhado pela respectiva Guia de Acompanhamento de Resíduos (Modelo n.º 1428 da INCM), nos termos da Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio.
3. Não será alterada a forma física dos VFV durante o processo de carga, transporte e descarga dos VFV, nomeadamente através da sua compactação ou fragmentação, de forma a não danificar os seus componentes e materiais.
4. Em cada veículo de transporte estarão disponíveis meios de combate a incêndio, bem como produtos absorventes e/ou absorventes, em quantidade adequada à dimensão da carga.

## **ANEXO II**

### **Condições de Tratamento**

1. O tratamento dos VFV será efectuado por uma empresa devidamente autorizada para essa actividade, nos termos do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 196/2003.
2. O tratamento dos VFV respeitará os requisitos técnicos impostos no Decreto-Lei n.º 196/2003, sendo todos os seus componentes e materiais encaminhados para reutilização ou valorização, ou para eliminação adequada, nos casos em que ainda não existem opções de valorização.
3. Os VFV passarão em primeiro lugar por uma operação de despoluição, onde lhes serão removidos os componentes considerados perigosos, tais como os depósitos de gás liquefeito, a bateria, os fluidos e o filtro de óleo, bem como neutralizados os seus componentes pirotécnicos (airbags e pré-tensores de cintos de segurança).
4. Os VFV serão posteriormente desmantelados, de forma a separar os seus componentes com maior potencial de reutilização ou reciclagem, tais como catalisadores, pneus e vidros.
5. Os VFV desmantelados serão posteriormente fragmentados, com vista ao envio para reciclagem da sua componente metálica ferrosa e não ferrosa e à valorização, tanto quanto possível, da sua componente não metálica.

## **ANEXO III**

### **Condições de Emissão do Certificado de Destruição**

1. Por cada VFV recepcionado na empresa de desmantelamento será emitido um Certificado de Destruição, nos termos do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 196/2003.
2. O Certificado de Destruição respeitará o modelo aprovado pelo Instituto dos Resíduos através do Despacho n.º 9276/2004, de 16 de Abril.
3. O original do Certificado de Destruição será enviado à Câmara Municipal.
4. Serão enviadas cópias do Certificado de Destruição à VALORCAR e à Direcção-Geral de Viação, para efeitos de cancelamento da matrícula de cada VFV.